

**Reunião pública – Ata n.º 17/2017****Data** 2017-07-31**Início** 14.35 horas**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo:** 16.21 horas**Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Sara Catarina Marques Costa
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge entrou no decorrer do período de antes da ordem do dia.-----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 03 DE JULHO DE 2017-----

BALANCETE -----

N.º 01 – REVISÃO DO PLANO PORMENOR DE FLECHEIRO E MERCADO - Proposta Preliminar do Plano (2095/ENTE/DAJA/2017 - 3/INSTGT/DGT/2015)-----

PROPOSTAS:-----

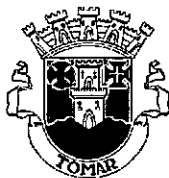
PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE JULHO DE 2017 (83/PGEN/PR/2017 - 15/DIVER/PR/2013) -----

PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO PSD:-----

N.º 03 – APOIO EXTRAORDINÁRIO AO SPORTING CLUBE DE TOMAR (4820/ENTE/DAJA/2017 - 48/DIVER/DAAOA/2013) -----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:-----



N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (25/PPRC/PR/2017) -----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: -----

N.º 05 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – REVERSÃO DO LOTE 4ALT (4712/ENTE/DAJA/2017)-----

N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - TRANSMISSÃO DO LOTE 45 (4558/ENTE/DAJA/2017)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA CORREDOURA DO MESTRE (46/EMPR/DOM/2017 - 161/ARRCID/DOM/2013)-----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE VIATURA EQUIPADA COM DEPÓSITO DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DE GERADORES DO FESTIVAL BONS SONS 2017 (4768/ENTE/DAJA/2017 - 5/EVENT/DOM/2015)-----

N.º 09 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DO AUTOCARRO DO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR (2975/ENTE/DAJA/2017 - 15/DIVER/PR/2013) -----

N.º 10 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA (78/PGEN/DTC/2017 - 11/ATIVEV/DTC/2015)-----

N.º 11 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR (112/PGEN/UDJ/2017 - 4/APOIOS/UDJ/2014)-----

N.º 12 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR (4282/ENTE/DAJA/2017 - 2/APOIOS/UDJ/2014) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (118/PEDI/DGT/2017 - 504/DIVER/DGT/2017)-----

N.º 14 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (119/PEDI/DGT/2017 - 521/DIVER/DGT/2017)-----

N.º 15 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (120/PEDI/DGT/2017 - 522/DIVER/DGT/2017)-----

N.º 16 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (124/PEDI/DGT/2017 - 530/DIVER/DGT/2017)-----

N.º 17 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (121/PEDI/DGT/2017 - 523/DIVER/DGT/2017)-----



N.º 18 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE FRAÇÃO COM USO HABITACIONAL PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS– CRIAÇÃO DE ESTACIONAMENTO (13/AURB/DGT/2017 - 207/EDIF/DGT/2017) -----

N.º 19 – EMISSÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO – pagamento em prestações (2877/ENTE/DAJA/2017 - 154/EDIF/DOGT/2014)-----

N.º 20 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (112/PGEN/DOM/2017 - 344/DIVER/DGT/2017) -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 21 – FILMAGENS PARA DOCUMENTÁRIO DEDICADO AOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS PARA O CANAL HISTÓRIA – isenção de taxas (4454/ENTE/DAJA/2017 - 2/PEDID/DTC/2016)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 22 – CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE PRAIA– apoio dos Bombeiros Municipais (3673/ENTE/DAJA/2017 - 4/APOIOS/UDJ/2014)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 23 – CEDÊNCIA DE PARCELA NA ZONA DO PARQUE URBANO AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (6/PPRC/UDJ/2017 - 1/JUVENT/UDJ/2014) -----

N.º 24 - UTILIZAÇÃO DE COURTS DE SQUASH DO COMPLEXO DESPOORTIVO MUNICIPAL – BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo (4713/ENTE/DAJA/2017 - 1/CEDESP/UDJ/2015) -----

N.º 25 - UTILIZAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL– União Futebol Comércio e Indústria de Tomar (4455/ENTE/DAJA/2017 - 4/CEDESP/UDJ/2014)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 26 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Casa do Concelho de Tomar (4606/ENTE/DAJA/2017 - 15/DIVER/PR/2013) -----

N.º 27 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO (4677/ENTE/DAJA/2017 - 1/ENTEXT/PR/2013). -----

Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e, na ausência de público para atendimento, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente começou por informar que a candidatura apresentada ao Portugal dois mil e vinte, para requalificação do parque empresarial de Tomar, no valor global de dois vírgula três milhões de euros, foi aprovada com um investimento elegível de cerca de um vírgula sete



milhões de euros, pelo que vão ser desenvolvidos os projetos de execução necessários à concretização das intervenções. -----

Nesta altura, passou a participar na reunião o Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro questionou se o investimento aprovado no âmbito da candidatura envolve apenas obras públicas ou se também se destina a apoiar privados que pretendam investir. -----

A Sra. Presidente esclareceu que, no âmbito do Portugal dois mil e vinte, existem diversas linhas de financiamento destinadas a privados, mas são os próprios que têm que apresentar candidatura; o financiamento aprovado destina-se a requalificar o espaço público que designam como zona industrial, nomeadamente para intervenção ao nível das infraestruturas de água, eletricidade, saneamento e gás, alteração a alguns traçados de vias e construção de duas rotundas (uma a sul e outra a norte), construção de um edifício de apoio às empresas e construção de pequenos módulos para instalação de coworking (ninho de empresas). -----

O Sr. Vereador João Tenreiro sublinhou que, no início do mandato, em sessão da Assembleia Municipal, a Sra. Presidente deu conta que era intenção desta governação melhorar a ligação ao nó da A13 e instalar uma área de serviço junto ao parque empresarial, à semelhança do que existia em Espanha; perguntou se isso está previsto e se há intenção de aproveitar esse nó de ligação ao parque empresarial e aos acessos a Tomar. -----

A Sra. Presidente recordou que, como é público, quando tomaram posse, havia uma movimentação de terras junto à A13 para instalação de uma área de serviço, cujo concurso e exploração caberia à ASCENDI, a concessionária do referido troço; entretanto, a Câmara foi contactada por um privado que pretendia instalar na zona industrial um posto de combustíveis e um restaurante, pelo que solicitaram à ASCENDI que informasse se a instalação da área de serviço ia avançar, resposta que, ainda hoje, se aguarda; o privado preferiu esperar pelos apoios a disponibilizar pelo Portugal dois mil e vinte. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro perguntou se o projeto da ciclovia entre a estrada da Serra e a praça Dr. Raúl Lopes está concluído e para quando se prevê o início das respetivas obras. -

Em resposta, **a Sra. Presidente** informou que, de acordo com o contrato, termina hoje o prazo de entrega do projeto de execução para construção da ciclovia entre o Instituto Politécnico de Tomar e a praça Dr. Raúl Lopes, integrando também o arranjo urbanístico dessa praça; à exceção da praça Raúl Lopes, a intervenção é financiada no âmbito do PEDU e o projeto de execução terá que ser submetido a aprovação do Executivo Municipal,



sendo certo que, tendo em conta o orçamento municipal para o corrente ano, não é previsível a adjudicação da empreitada este ano, estando previsto que ocorra em dois mil e dezoito, o mesmo acontecendo com a requalificação da avenida Nuno Álvares Pereira, cujo projeto de execução deverá ser entregue dentro de dias, e da Várzea Grande. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro referiu a reunião havida oportunamente com dois potenciais investidores interessados em adquirir o Convento de Santa Iria para instalação de duas unidades hoteleiras ou similares e questionou se essa pretensão continua de pé ou se foi abortada, dado que não tiveram mais notícias sobre o assunto.-----

A Sra. Presidente respondeu que a pretensão não foi abandonada adiantando que, no final da reunião, irá articular com os senhores vereadores a convocação de uma reunião extraordinária para análise dos seguintes assuntos: Convento de Santa Iria, Estalagem de Santa Iria, Bar/cafetaria na Rodoviária, churrasqueira do mercado e concessão da limpeza de estradas (os restantes municípios adotaram procedimentos de ajuste direto ou celebração de protocolo, mas, em Tomar, resolveu-se complicar e entende-se que é uma concessão). -----

O Sr. Vereador João Tenreiro perguntou se há intenção de proceder à pintura da casa Vieira Guimarães ainda este ano e se foi feita alguma diligência para concretização da proposta apresentada pelos vereadores do PSD para homenagear o forçado. Perguntou também como é que está a decorrer a transferência gradual de famílias do Flecheiro porque, apesar de terem solicitado essa informação por escrito, ainda não sabem se vão ser deslocadas para algumas escolas devolutas, e quais; e se a construção das casas nos terrenos adjacentes à GNR é para avançar ou não neste mandato. -----

A Sra. Presidente informou que está a ser preparado um procedimento para a pintura da casa Vieira Guimarães e da Biblioteca Municipal, assim como um procedimento para trabalhos de impermeabilização da cobertura deste último edifício. Deu conhecimento que, em princípio, o elemento decorativo de homenagem aos forçados será colocado junto à Praça de Touros, para o que já existirá autorização da Santa Casa da Misericórdia. Referiu que transformação de alguns edifícios escolares devolutos para utilização como habitação social obedece a projeto, que ainda não foi submetido a aprovação do Executivo Municipal, pelo que não é previsível o início da empreitada este ano e, conseqüentemente, a transferência de famílias do Flecheiro para esses edifícios. Adiantou que se prevê para agosto o lançamento da empreitada de construção das casas junto à GNR. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu ainda sobre o edifício da Biblioteca Municipal que, perante os muitos problemas que apresenta aquele edifício, que tem mais de vinte anos e



nunca sofreu qualquer manutenção, foi entendido intervir mais profundamente, para o que foi elaborado um projeto que contempla, numa primeira fase, o edifício em si, nomeadamente o fecho dos dois cantos (à entrada do auditório e em frente da ESSMO) problemáticos devido à ocupação que lhes é dado para atividades menos próprias, e a intervenção na cobertura e nas claraboias para resolver problemas de infiltrações, intervenções que são complicadas e algo onerosas; depois, a pintura exterior e interior do edifício. Referiu que foram contactadas três empresas e nenhuma se mostrou interessada na obra de pintura que é complexa, para além da questão da limpeza das pedras, salientando a propósito que nem todas as empresas podem ser convidadas para executar obras públicas. Informou que, numa segunda fase, haverá intervenção ao nível dos arranjos exteriores, que precisam de uma atualização, estando o projeto praticamente concluído, nomeadamente na zona por baixo do sobreiro, para onde se prevê uma esplanada exterior para zona de leitura e de atividades da Biblioteca, e na praça entre o edifício e a Gualdim Pais para dar ao espaço uma outra leitura e possibilidade de utilização. No que se refere à transferência das famílias do Flecheiro, estranhou que o Sr. Vereador diga que não sabe quais são as escolas devolutas porque foi aqui presente um documento que elencou os cinquenta edifícios escolares devolutos e respetiva finalidade, cinco dos quais foram definidos para habitação social, estando em execução o correspondente projeto. Tendo em conta que, por vezes, nomeadamente nas redes sociais, o Sr. Vereador João Tenreiro tem mostrado um desconhecimento do plano, convidou-o, e a todos os senhores vereadores, a acompanhá-lo ao terreno para ver o que está a ser feito, nomeadamente o número de barracas que foram demolidas, o número de pessoas que já saíram e de novas pessoas que não deixaram entrar para o Flecheiro, assim como a visitar alguns dos realojamentos concretizados. -----

O Sr. Vereador António Jorge referiu os problemas no abastecimento de água à freguesia de Sabacheira porque é um dos piores problemas que se pode ter, ainda mais numa altura quente, de calor e pó, e tudo tem que ser feito para que a água nunca possa faltar. Disse que têm assistido à distribuição por todo o concelho de outdoors com a imagem da Sra. Presidente utilizando algumas palavras que deixam pouca margem de manobra ou esgotam algumas das tarefas desempenhadas pelo vereador da coligação, que não vai ter grandes argumentos na campanha; mais emprego, mais promoção, mais turismo, mais apoio social, mais habitação, mais cidadania é um trabalho coletivo que não se vê a curto e médio prazo; chegou a hora do turismo lhes bater à porta, mas é preciso reconhecer que não é um trabalho com retorno imediato e não surge após quatro anos, tem que haver investimento e promoção, mas não



custa tostões; com regularidade têm tido a preocupação de perguntar a importância e o custo dos eventos, mas ainda não conhecem os custos reais dos diversos eventos que têm vindo a ser desenvolvidos; promover Tomar além fronteiras sempre foi uma aposta da Câmara Municipal, deste executivo e dos anteriores, a que o PSD nunca se opôs porque sabe a importância de criar parcerias e estabelecer contatos com outros municípios. Referiu que, provavelmente, os outdoors já estavam feitos, mas surgiram precisamente uma ou duas semanas depois do encerramento de uma fábrica e da perda de empregos; Tomar era um concelho industrial, um município dos mais ricos e prósperos em termos industriais, mas foi caindo ano após ano; sabem que as indústrias não são fáceis de sustentar com a abertura de novos mercados e que o turismo é a indústria que muito alivia esta carga, mas oferece apenas cinco bons meses e sete mais ou menos; o turismo é importante, mas os sete eleitos que aqui se sentam têm que se unir, olhar para os doze meses do ano e saber aliciar para os meses em que o turismo é mais reduzido, para que as pessoas de Tomar possam manter as suas portas abertas e os postos de trabalho. -----

A Sra. Presidente referiu que não comenta a questão dos outdoors porque não é assunto para a reunião de Câmara. Salientou que, quando tomaram posse, havia no concelho doze alojamentos locais e que, a trinta de junho deste ano, havia setenta e nove. Reconhecendo que está em falta com as contas da Festa Templária, defendeu que os valores gastos na promoção de eventos são um investimento; Tomar tem localização e infraestruturas que permitem uma oferta diversificada (a capacidade hoteleira da cidade esteve esgotada durante a semana da Festa Templária, mercê também de se ter realizado o Campeonato Nacional de Patinagem Artística). Disse que a questão da sazonalidade do turismo já não se nota tanto como antigamente porque há comerciantes no centro histórico para quem o mês de novembro foi tão bom como o mês de agosto; têm um pico em fevereiro, que pode ser contrariado com outras iniciativas para que as pessoas visitem Tomar ao longo de todo o ano. Referiu que não baixaram os braços na situação da Prado Karton; esteve reunida com o Gestor de Insolvência, acompanhada pelo Sr. Vereador Bruno Graça, e estão à procura de investidores para essa área, assim como os trabalhadores e, segundo espera, o Gestor da Insolvência, aguardando ainda marcação de reunião com a Secretária de Estado da Indústria ou com o Ministro da Economia. Reconheceu que não se podem centrar num único setor de desenvolvimento para o concelho enquanto fonte de criação de emprego, nomeadamente no turismo, que é volátil; daí que, desde que tomaram posse, a instalação de empresas no parque empresarial tenha conhecido outra dinâmica; os pedidos que têm chegado à Câmara de empresas que pretendem



instalar-se na zona industrial estão a esbarrar com alguma falta disponibilidade de lotes com as dimensões pretendidas, porque os processos do exercício do direito de reversão de alguns lotes decorrem na via judicial mercê do facto de, durante anos e anos, ninguém ter atuado na zona industrial; o próprio regulamento tinha trinta e três anos, o que diz logo da sua eficácia face à realidade do mercado de trabalho. No que se refere ao abastecimento de água à freguesia da Sabacheira, deu conhecimento que, conforme foi referido na última reunião pelo Sr. Vereador Bruno Graça, o problema se verifica na rede em baixa, da responsabilidade dos SMAS, mas o entupimento só ocorre pela forma como a captação é feita pela EPAL na Mendacha; os SMAS estiveram toda a semana a proceder à substituição de condutas, a expensas próprias, ao mesmo tempo que continua a exercer pressão junto da EPAL para que, de uma vez por todas, resolva aquela situação; o terreno na freguesia é acidentado e tem muitas pedras, e tem sido complicado proceder à substituição das condutas para que seja possível o abastecimento de água, apesar de não ter a qualidade e quantidade desejável; não conseguiram impedir que, nalguns pontos da freguesia, houvesse interrupção do fornecimento durante largos períodos do dia; não está posta de lado a possibilidade de pedir um ressarcimento à EPAL pois a situação só ocorre na rede em baixa porque a captação está a ser mal feita; há largo tempo que reivindicam junto daquela empresa que o concelho passe a ser abastecido a partir da ETA da Asseiceira e, apesar da EPAL estar a trabalhar no projeto para reversão da situação numa parte do nosso território, ainda não viram nada no terreno e têm que continuar a pressionar. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro referiu-se à informação restada quanto ao número de alojamentos locais existentes no concelho sublinhando que é bom saber que o número de pedidos tem aumentado, porque é sinal de crescimento, mas este não pode ser associado aos eventos de última hora que foram feitos no concelho de Tomar; o turismo tem crescido a nível nacional, e ainda bem, e também em Tomar, uma cidade que, há muitos anos, está nos roteiros turísticos; ainda bem que Portugal está na moda e que este fenómeno está a acontecer a nível nacional e local; por outro lado, havia alojamentos locais clandestinos, as chamadas camas paralelas, e, com as leis apertadas que hoje existem, no âmbito do combate à evasão fiscal, a fiscalização aumentou e as pessoas viram-se na contingência e na obrigação de registar os seus alojamentos; não podem associar isso aos eventos que se têm realizado e que, como têm dito, são salutares, sendo certo que, se não forem acompanhados de um plano global estruturado acabam por não ter nenhum efeito; por si só, fazer aqui e além um ou outro evento traz pessoas e movimento, mas poderia trazer muito mais, como acontece noutros



municípios que promovem eventos programados ao longo do ano com operadores, pensados numa determinada lógica e pensamento. Agradeceu o convite que lhe foi feito pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão e disse que terá todo o gosto em visitar o que tenha para lhe mostrar no âmbito do seu pelouro, mas o que gostava era que mostrasse o plano habitacional, aquele que, em determinada altura, foi dito que seria feito depois ouvidos todos os intervenientes do concelho; gostava de o ver em prática porque, se calhar, com esse plano a transferência gradual das famílias carenciadas que estão no Flecheiro, e noutros lados, tinha uma determinada lógica e não era feita de forma ad hoc; até hoje, destrói-se uma barraca e transfere-se uma família, mas nada mais se sabe; para quem olha de fora, parece que está tudo na mesma; poderá ser dito que o Flecheiro existe há quarenta anos e que, até agora, nunca ninguém mandou uma barraca abaixo e, agora, tiveram essa coragem, mas gostava de ver o referido plano habitacional bem como a respetiva execução, para já não falar nos cem dias de prazo que definiram para o apresentar; se o plano tivesse sido executado e aprovado, tinham um pensamento e uma coerência em termos sociais e políticos; de forma ad hoc, podem correr o risco de, daqui amanhã, poder ficar tudo na mesma e não ter valido a pena o esforço que possa ter sido feito; não quer dizer com isto que são negligentes e não fazem ou que não trabalham, mas sim que devia ser feito de acordo com um determinado plano, que não foi feito, o que lamentam.-----

A Sra. Presidente disse que é muito simplista o Sr. Vereador João Tenreiro dizer que se fazem eventos de forma ad hoc; questionou se não se fez sempre a Festa Templária (iniciada no mandato anterior), se não existem eventos programados em determinados meses, como acontecia anteriormente: em maio, o Congresso da Sopa; em junho, o dia da criança; em julho, a Festa Templária; em agosto, o Festival Bons Sons; em setembro, o Festival de Estátuas Vivas, que este ano é retomado; para além de que têm recebido e potenciado, mais do que qualquer outro executivo anterior, a vinda de operadores turísticos a Tomar (neste mandato, não é a primeira vez que recebem convenções ibéricas de operadores turísticos, estando prevista uma receção de operadores turísticos em novembro, precisamente na dita época baixa); questionou se é ou não verdade que, em conjunto com a Agência de Promoção Externa, como deve ser, Tomar tem sido cada vez mais promovido em documentários em televisões estrangeiras, nomeadamente no norte da Europa e em França; perguntou se têm ou não têm promovido a vinda de jornalistas estrangeiros a Tomar; é inequívoco que o turismo aumentou em todo o país, mas também é verdade que o turismo aumentou de tal forma nas zonas de Lisboa e Porto que, se não houver promoção externa de Tomar, o turista que aterra



nessas grandes cidades não vem cá; não têm que estar sozinhos nessa promoção e estão em parceria com as agências especializadas para, cada vez mais, promover Tomar; hoje são um destino de eleição, sobretudo por questões de segurança, mas têm que fazer um trabalho permanente e estruturado para terem um produto turístico maduro, para o produto Tomar estar bem consolidado e para que não sintam os resultados de uma eventual alteração nas escolhas dos destinos turísticos. Salientou que, há algum tempo, foi presente aos Srs. Vereadores a relação do parque habitacional da Câmara, foi aqui aprovada a transferência de um conjunto de habitações no Bairro da Caixa, e, pela primeira vez, foi aberto concurso para atribuição de habitação social; não há dúvida que há regras e que elas são seguidas, sendo as casas atribuídas à medida que vão estando disponíveis, de acordo com a lista ordenada das classificações atribuídas às candidaturas, devidamente homologada pelo Executivo Municipal; também é verdade que, durante anos, não houve um cêntimo de investimento no bairro primeiro de maio e no bairro Nossa Senhora dos Anjos para além de que existiam situações que se arrastavam há anos, de pessoas que tendo casa no bairro primeiro de maio as utilizavam como segunda habitação ou como arrecadação impedindo assim que fossem utilizadas por quem delas necessita efetivamente; tudo isto precisou de ser resolvido, preferencialmente através de diálogo, mas algumas dessas situações acabarão na via judicial porque as pessoas não são razoáveis e acham que têm direito à casa apesar de, nalguns casos, os respetivos rendimentos serem maiores do que os rendimentos de qualquer um dos presentes. Referiu que podiam ter feito uma apresentação imensa e um show off das ações desenvolvidas na área da habitação social, mas preferiram trabalhar; por outro lado, como aqui disse, repetidamente, o problema do Flecheiro tem diversas soluções, nomeadamente a integração das famílias em bairros sociais e em habitações fora desses bairros, e a construção de habitações de raiz, e elas foram aqui apresentadas. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia três de julho de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Sra. Presidente não participou na votação por não ter estado presente na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----



BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte oito de julho de dois mil e dezassete, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e sete euros e trinta e nove cêntimos (2.837.947,39€) em Operações Orçamentais, e duzentos e quatro mil, cento e oitenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos (204.187,51€) em Operações Não Orçamentais. -----

N.º 01 – REVISÃO DO PLANO PORMENOR DE FLECHEIRO E MERCADO - Proposta Preliminar do Plano -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 6629/2017 e 6938/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a estratégia para a revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado e a proposta preliminar do referido instrumento de gestão do território, apresentadas pela GIPP - Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, limitada, bem como as formalidades inerentes ao acompanhamento do procedimento de revisão em curso, pelos fundamentos apresentados. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as informações n.ºs 6629/2017 e 6938/2017, e respetivos anexos, deliberou:-----

1 – Aceitar a estratégia proposta para a revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, referida no Cap. IV do Relatório – Proposta de Plano, conforme assinalado no ponto 3.2. da informação técnica constante no anexo Inf_6629_DGT_2017_ANEXO I; -----

2 – Aceitar e aprovar a Proposta Preliminar de Plano apresentada pela equipa adjudicatária GIPP, Lda, com as condições indicadas na informação técnica referida em 1 e de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos patenteado a concurso;-----

3 – Mandar promover o acompanhamento da revisão do plano, pelas seguintes entidades externas: APA – Agência Portuguesa do Ambiente; ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas; DGPC – Direção Geral do Património Cultural; e outras que legalmente venham a ser indicadas no decorrer do procedimento. -----

4 - Notificar a GIPP, Lda. e a CCDR-LVT do teor da presente deliberação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE JULHO DE 2017 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 194/2017 da Presidência,



submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro do Município no mês de julho do corrente ano. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 4.427,55€ (quatro mil, quatrocentos e vinte sete euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO PSD:-----

N.º 03 – APOIO EXTRAORDINÁRIO AO SPORTING CLUBE DE TOMAR -----

Foi presente a seguinte proposta dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge: -----

“O Sporting Clube de Tomar participou nos dias 24 e 25 de junho na “Final Four” da taça de Portugal em Hóquei Patins, em Gondomar, tendo-se apurado pela primeira vez na história do clube para a final da referida competição.-----

A equipa tomarense revelou uma postura e atitude que mereceu o aplauso de toda a imprensa em geral, mesmo não tendo conseguido vencer o troféu em disputa.-----

A Câmara Municipal, no dia 3 de julho, recebeu a equipa sénior do SC Tomar, staff, direção e equipa técnica, numa iniciativa que pretendeu homenagear a carreira da equipa nabantina que juntou esse feito histórico a uma época de bom nível no Nacional da 1ª Divisão e logo no ano em que regressou ao escalão principal. -----

Nesse dia a equipa oferece as camisolas, com o nome dos concelhos fustigados pelo fogo de 17 de junho, que a Câmara fará assim chegar aos Municípios dos concelhos afetados.-----

Nessa ocasião, o Sr. Vice-Presidente destacou não só os méritos desportivos mas também os valores transmitidos pela equipa, nomeadamente na substituição dos nomes dos jogadores nas camisolas pelos das localidades afetadas pelos incêndios, o que honrou e dignificou a equipa e o concelho.-----

O Sporting Clube de Tomar, deste modo, homenageou as vítimas do recente incêndio que dilacerou vários municípios vizinhos e que infelizmente provocou várias vítimas humanas e prejuízos calculados em vários milhões de euros. -----

Cientes deste facto, decidiu o Sporting Clube de Tomar, não só colocar os nomes dos concelhos flagelados nas camisolas de jogo, bem como doar o valor transferido pela Federação de Patinagem de Portugal para a conta solidária criada para o efeito. -----

Assim, propomos que a CMT se solidarize neste gesto nobre, atribuindo esse mesmo valor ao SCT, referente à verba que transferiu para a referida Federação.”. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou rejeitar a proposta apresentada, por maioria de quatro votos contra, dois votos a favor dos proponentes, e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em julho pela Sra. Presidente e pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas f), e y) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente.-----

Foram ainda presentes os despachos efetuados pela Sra. Vereadora Sara Costa, ao abrigo da alínea qq) do n.º 1 do referido artigo 33.º e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

N.º 05 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – REVERSÃO DO LOTE 4ALT-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 105/2017 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a reversão para o município de Tomar do lote 4 ALT da Zona Industrial de Tomar, agora designado Parque Empresarial de Tomar, alienado em direito de superfície a Lenobetão, SA, e a revogação da deliberação tomada a 20 de junho de 2016, nos termos do regulamento do Parque Empresarial de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar a deliberação tomada a 20 de junho de 2016 e aceitar a reversão do lote identificado, nos termos do disposto no artigo 24.º do regulamento do Parque Empresarial de Tomar e da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - TRANSMISSÃO DO LOTE 45-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 104/2017 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o exercício do direito de preferência na alienação do Lote 45 da Zona Industrial de Tomar, agora designado Parque Empresarial de Tomar, a favor de Gestorigam, PT Building Solutions, limitada, nos termos e condições indicadas pela Artom - Auto Rectificadora Tomarense, limitada, atual detentora do direito de superfície, pelos fundamentos apresentados.-----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou não exercer o direito de preferência na transmissão onerosa do direito de superfície do referido lote, pelo valor global de 2.000€ (dois mil euros), autorizando a sua transmissão a favor de Gestorigam, PT Building Solutions, limitada, para instalação de unidade de serviços de arquitetura, engenharia e construção civil, conforme proposto.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA CORREDOURA DO MESTRE -----

No seguimento da deliberação tomada a 5 de junho, foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3989/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de requalificação urbanística da Rua Corredoura do Mestre. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o referido projeto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE VIATURA EQUIPADA COM DEPÓSITO DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DE GERADORES DO FESTIVAL BONS SONS 2017 -----

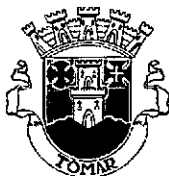
Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3851/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de viatura equipada com depósito de gasóleo para abastecimento de geradores do festival Bons Sons do corrente ano e a cedência do respetivo combustível, a preço de custo, conforme solicitado pelo Sport Club Operário de Cem Soldos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar as referidas cedências ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DO AUTOCARRO DO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3534/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de gasóleo para abastecimento do autocarro do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, que assegurou os serviços confirmados pela Câmara Municipal para os dias 24 e 25



de junho, conforme candidatura da Junta de Freguesia de Olalhas e da Associação Os Amigos do Fado, respetivamente, correspondendo a uma despesa de 635,68€ (seiscentos e trinta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de combustível. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA --

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3737/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de dois lugares de estacionamento no parque de estacionamento da Praça da República, no dia 14 de julho, no âmbito da realização do concerto dos Quinta do Bill, e consequente isenção de tarifas, no montante de 5,90€ (cinco euros e noventa cêntimos).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho de cedência de estacionamento e isentar das respetivas tarifas, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar. -

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR -----

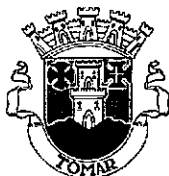
Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3646/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção de tarifas pela cedência de estacionamento no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, entre os dias 3 e 6 de julho, para veículos de clubes participantes no Estágio Internacional de Judo, no montante de 243,00€ (duzentos e quarenta e três euros).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das tarifas devidas, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3865/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção de tarifas pela cedência de estacionamento no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, entre os dias 8 e 16 de julho, para veículos da organização do



Campeonato Nacional de Patinagem Livre, no montante de 1.146,15€ (mil, cento e quarenta e seis euros e quinze cêntimos).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das tarifas devidas, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER-----

Foi presente o processo n.º 504/DIVER/DGT/2017, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Casal do Soeiro, inscrito na matriz sob o artigo n.º 36, secção X, da Freguesia de Olalhas, de que é titular Melvyn James Kewell, para efeitos de venda a Ana Luísa Pinto dos Reis e Nuno Garcia Félix Machado, com informações n.ºs 7113/2017 e 7179/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 36, secção X, da Freguesia de Olalhas, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER-----

Foi presente o processo n.º 521/DIVER/DGT/2017, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Vale de Cavalos, inscrito na matriz sob o artigo n.º 80, secção E, da Freguesia de Olalhas, entre Manuel Mota dos Santos, Américo Mota dos Santos e Maria do Carmo Mota dos Santos, para efeitos de regularização de partilhas, com informações n.ºs 7282/2017 e 7351/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 80, secção E, da Freguesia de Olalhas, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 15 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 522/DIVER/DGT/2017, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em São Pedro, inscrito na matriz sob o artigo n.º 31, secção P, da Freguesia de Olalhas, entre Manuel Mota dos Santos, Américo Mota dos Santos e Maria do Carmo Mota dos Santos, para efeitos de regularização de partilhas, com informações n.ºs 7281/2017 e 7350/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 31, secção P, da Freguesia de Olalhas, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foi presente o processo n.º 530/DIVER/DGT/2017, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Hortas, inscrito na matriz sob o artigo n.º 272, secção P, da Freguesia de Olalhas, entre Manuel Mota dos Santos, Américo Mota dos Santos, Maria do Carmo Mota dos Santos e Deolinda Mota dos Santos Duarte, para efeitos de regularização de partilhas, com informações n.ºs 7346/2017 e 7349/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 272, secção P, da Freguesia de Olalhas, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foi presente o processo n.º 523/DIVER/DGT/2017, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Couto, inscrito na matriz sob o artigo n.º 114, secção P, da Freguesia de Olalhas, entre Manuel Mota dos Santos e Deolinda Mota dos Santos Duarte, para efeitos de regularização de partilhas, com informações n.ºs 7280/2017 e 7335/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão



de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 114, secção P, da Freguesia de Olalhas, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE FRAÇÃO COM USO HABITACIONAL PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS– CRIAÇÃO DE ESTACIONAMENTO -----

Foi presente o processo n.º 207/EDIF/DGT/2017, relativo à alteração de uso de fração autónoma correspondente ao rés-do-chão esquerdo do prédio urbano sito na rua Ângela Tamagnini, n.º 11, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), propriedade de Marcela Rosa Iria, atualmente com uso habitacional, para utilização para comércio e serviços, com as informações n.ºs 7032/2017 e 7052/2017, submetendo a aprovação do Executivo Municipal aceitar a não criação de 1 lugar de estacionamento, mediante pagamento da compensação calculada em 420,15€ (quatrocentos e vinte euros e quinze cêntimos), pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a não criação do lugar de estacionamento mediante pagamento da compensação calculada em 420,15€ (quatrocentos e vinte euros e quinze cêntimos), ao abrigo do n.º 5.4 do artigo 23.º do RMUE, nos termos propostos nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 – EMISSÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO – pagamento em prestações -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 154/EDIF/DOGTT/2014, relativo a regularização de obras de construção de habitação no lugar de Ventozel, União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Pedro Nunes, com as informações n.ºs 4777/2017 e 4782/2017 e o parecer n.º 6/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pagamento fracionado das taxas devidas pela emissão da respetiva licença de construção, no valor de 7.063,98€ (sete mil, sessenta e três euros e noventa e oito cêntimos), pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o fracionamento do pagamento da licença de construção em oito prestações mensais e sucessivas, devendo o respetivo levantamento ocorrer após o pagamento da última prestação.



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente o processo n.º 563/2003, relativo a regularização de obras de construção de telheiro no lugar de Alvito, com as informações n.ºs 5614/2017 e 6988/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a declaração da caducidade do ato de licenciamento de obras de construção de telheiro no âmbito do processo identificado, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do ato de licenciamento de obras de construção de telheiro, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade do licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

**N.º 21 – FILMAGENS PARA DOCUMENTÁRIO DEDICADO AOS CAVALEIROS
TEMPLÁRIOS PARA O CANAL HISTÓRIA – isenção de taxas -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2540/2017 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de licença para realização de filmagens em espaços públicos da cidade, nos dias 4 a 7 de agosto, para a série documental “Buried”, dedicada aos Cavaleiros Templários, a emitir no History Channel, a cargo da FTP Broadcast, em colaboração com a produtora de televisão norte-americana Karga 7, conforme solicitado.--

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a produtora do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

**N.º 22 – CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE PRAIA– apoio dos Bombeiros
Municipais -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.ºs 926/2017 da Divisão de Proteção Civil e 675/2017 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio dos Bombeiros Municipais às



jornadas do Campeonato Nacional de Futebol Praia que se realizam em Porto Mendo, nos dias 30 de julho e 6 de agosto, conforme solicitado pela Associação de Futebol de Santarém. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Futebol de Santarém do pagamento devido pela assistência a prestar ao evento pelos Bombeiros Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 23 – CEDÊNCIA DE PARCELA NA ZONA DO PARQUE URBANO AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS-----

A Sra. Presidente procedeu à retirada do assunto da ordem do dia em face da discussão verificada.-----

N.º 24 - UTILIZAÇÃO DE COURTS DE SQUASH DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 742/2017 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de dois courts de squash do Complexo Desportivo Municipal, nos dias 22 e 23 de julho, para realização de prova do circuito nacional da modalidade, conforme solicitado pelo BARBUS - Clube de Squash do Vale do Tejo.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo, do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos da informação, que homologa, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 - UTILIZAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL– União Futebol Comércio e Indústria de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 726/2017 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Estádio Municipal, entre os dias 24 e 28 de julho corrente, para realização do 10.º torneio de seniores e veteranos, conforme solicitado pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar do pagamento devido pela utilização das



referidas instalações municipais, nos termos da informação, que homologa, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 26 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Casa do Concelho de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2441/2017 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal no dia 9 de novembro de 2017, para transporte da Tuna Templária de Tomar, e acompanhantes, a jantar de confraternização promovido pela Casa do Concelho de Tomar, conforme solicitado, com o custo estimado de 339,50€ (trezentos e trinta e nove euros e cinquenta cêntimos), com eventuais portagens a cargo da referida entidade.---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o autocarro municipal com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

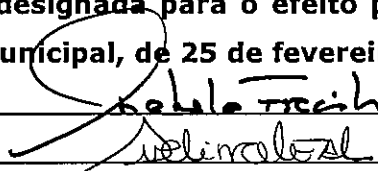
N.º 27 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO--

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em 10 de julho do corrente ano, sobre a água adquirida no passado mês de maio, relativo aos contratos de fornecimento e concessão com a EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte um minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---


Avelina Maria Lopes Leal